



Petrobras: Prates pede que conselho avalie fim de mandato



Tânia Régo/Agência Brasil

A Petrobras divulgou comunicado aos acionistas na noite desta terça-feira (14) informando a saída de Jean Paul Prates da presidência da estatal.

Na nota, a empresa diz que Prates solicitou que o "Conselho de Administração da Companhia se reúna para apreciar o encerramento antecipado de seu mandato como Presidente da Petrobras de forma negociada".

"Adicionalmente, o Sr. Jean Paul informou que, se uma vez aprovado, o encerramento indicado, ele pretende posteriormente apresentar sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Petrobras. Fatos julgados relevantes serão tempestivamente divulgados ao mercado", acrescenta o comunicado. (Agência Brasil)

Saúde

Como reconhecer um AVC

► PÁGINA 3

CCJ do Senado aprova novo seguro obrigatório para veículos

► PÁGINA 7

Florestas públicas serão concedidas para gerar crédito de carbono

► PÁGINA 2

ARTIGO

Viva os vermelhos tarifa zero na cidade de Maricá

► PÁGINA 4

Maricá comemora 210 anos com grandes atrações

► PÁGINA 8

Marcelo Dino denuncia que vem sofrendo ameaças de morte

Arquivo/Jornal Capital



► PÁGINA 5

Barroso: inteligência artificial poderá escrever sentenças "em breve"

Rovena Rosa/Agência Brasil



► PÁGINA 3

Moraes manda soltar coronel da PMDF acusado de omissão no 8 de janeiro

► PÁGINA 6

Polícia investiga grupo que vendia peças adulteradas para a Petrobras

► PÁGINA 5

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, Cláudio Castro apresenta carteira de negócios do RJ

► PÁGINA 2



Divulgação/GOV.RJ

Em reunião na Bolsa de Valores de Nova Iorque, governador apresenta carteira de negócios do RJ

Segundo Cláudio Castro, a ideia é que uma parceria com o mercado financeiro americano ajude a divulgar o potencial econômico do Rio de Janeiro

A carteira de negócios públicos e privados no Rio de Janeiro ultrapassou os R\$ 107 bilhões. A informação foi dada, na segunda-feira (13/05), pelo governador Cláudio Castro durante reunião com executivos da Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse), nos Estados Unidos. A ideia é que uma parceria com o mercado financeiro americano ajude a divulgar o potencial econômico do estado fluminense para empresários de todo o mundo.

A previsão de investimentos já em andamento no Estado do Rio é um importante atrativo para a implantação e ampliação de mais negócios nos municípios fluminenses. E tivemos a oportunidade de detalhar os nossos avanços para a maior bolsa de valores do mundo, que tem 25 trilhões de dólares em capitalização de mercado. Essa reunião vai nos ajudar a aumentar o nosso portfólio de empresas, o que garante que continuemos a ser o segundo esta-



do que mais gera emprego no Brasil - ressaltou o governador.

Apenas em 2023, o Estado do Rio atraiu R\$ 8 bilhões em novos negócios. As estruturas jurídicas e regulatórias sólidas e o aprimoramento da legislação tributária, com benefícios fiscais, são alguns dos principais motivos do crescimento de empresas interessadas em se instalar em território fluminense.

No ano passado, foram anunciados investimentos com a P&G, que destinou

R\$ 600 milhões na fábrica de produtos de hair care; a CloudHQ, com R\$ 1,7 bilhão para implantação do data center na Baixada Fluminense; a Stellantis, aplicando R\$ 2,5 bilhões no Polo Automotivo de Porto Real; e a Nissan, que investiu R\$ 2,8 bilhões no Complexo Industrial de Resende.

- Fiquei impressionado com o volume de empresas multinacionais que atuam no Rio de Janeiro. Quando penso no Brasil, penso no Rio, e não apenas pe-

las belezas naturais. Tem um excelente ambiente de negócios e está em uma posição ótima no que diz respeito à energia e ao desenvolvimento sustentável. Nós queríamos que o Rio de Janeiro tivesse uma filial aqui em Manhattan, e será um prazer ser parceiro do Estado do Rio, que está visivelmente comprometido com o crescimento e fomento de grandes negócios - afirmou o vice-presidente e diretor comercial da Bolsa de Valores de Nova Iorque, John Tuttle.

Com liminar no STF RJ tem valor das parcelas da dívida com a União reduzidas

Ministro Dias Toffoli limitou as prestações ao valor total pago em 2023

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli concedeu, na última sexta-feira (03/05), liminar em favor do Estado do Rio na ação impetrada pelo governador Cláudio Castro, que pede a suspensão do pagamento da dívida com a União. Toffoli decidiu que o Rio deverá pagar, a partir de agora, parcelas iguais às repassadas nos mesmos meses do ano passado e limitou o total de dívida a ser pago, por ano, ao valor pago em 2023.

Considerando as parcelas pagas de janeiro a maio deste ano, a quantia total foi de cerca de R\$ 3,4 bilhões. Como o montante total de 2023 foi de R\$ 4,9 bilhões, falta R\$ 1,5 bilhão para atingir esse valor. Com a redução das parcelas para os valores do ano passado, o limite estabelecido pela liminar será alcançado em setembro.

- Esta decisão é o início da nossa busca por mais segurança aos cofres do estado, para negociarmos um novo valor para essa dívida histórica, sem prejudicar o Rio de Janeiro. Significa também a manutenção de serviços essenciais à população como segurança, saúde e educação. Queremos uma parcela pagável. Con-



sideramos que parte dessa dívida já foi quitada, principalmente no que diz respeito aos juros. As metodologias atuais de cobrança são equivocadas - afirmou o governador.

Com a decisão, fica suspensa a multa imposta no fim do ano passado pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que havia aumentado em 30% o valor que o estado deveria pagar de dívida este ano. Antes da liminar de Toffoli, o Rio de Janeiro teria que desembolsar R\$ 9,6 bilhões ao Governo Federal em 2024, relativos ao pagamento da dívida, sendo R\$ 5,7 bilhões só de juros e encargos.

FRUSTRAÇÃO DE RECEITA

Em sua sentença, Dias Toffoli destaca a frustração

de receita causada pelas leis complementares 192 e 194/2022, que mudaram a cobrança do ICMS de energia elétrica, combustíveis e telecomunicações, como um dos motivos para o comprometimento do Plano de Recuperação Fiscal. A decisão liminar é importante, pois ajuda a reduzir o déficit de R\$ 8,5 bilhões previsto no Orçamento de 2024, mas o estado ainda aguarda uma sentença definitiva sobre o caso e está aberto ao diálogo com a União - defendido por Toffoli em sua decisão - para a busca de uma solução que leve o Rio ao equilíbrio fiscal.

Desde a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em 2017, o Governo do Estado vem tomando diversas medidas para cortar despesas, aumentar a arrecadação, negociar condições mais justas para o

pagamento da dívida com a União e chegar ao equilíbrio financeiro.

DÍVIDA HISTÓRICA

As dívidas do Rio de Janeiro foram repactuadas na década de 1990, portanto, há 30 anos. Em 1999, houve o maior refinanciamento contratado, de R\$ 13 bilhões - nos valores da época. Ao longo do tempo, os débitos foram impactados por diversas leis e normativas federais, além de inúmeros passivos. Desde então, já foram pagos R\$ 155 bilhões - sendo cerca de R\$ 108 bilhões só de juros e encargos. Apesar do valor já pago, o Rio ainda deve R\$ 160 bilhões à União e R\$ 30 bilhões por empréstimos garantidos por ela. Há ainda R\$ 1 bilhão em operações não garantidas pelo Governo Federal.

O montante da dívida do Rio de Janeiro apresentou um alto crescimento, entre outros motivos, devido aos indexadores utilizados para cobrança de juros (IGP-DI + 6% e posteriormente IPCA + 4% ou Selic) ao longo do tempo. Somma-se a isso a metodologia de variação cumulativa dos índices estabelecida pela União, ao invés da adoção de um modelo mensal.

Florestas públicas serão concedidas para gerar crédito de carbono

As iniciativas devem gerar 25 mil empregos e R\$ 60 milhões ao ano; A parceria terá US\$ 800 mil disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Floresta Nacional de Bom Futuro, em Rondônia, com 17 mil hectares desmatados, e a Gleba João Bento, com quase 56 mil hectares em desmatamento acumulado nos estados de Rondônia e Amazonas, serão concedidas à iniciativa privada para restauração e geração de crédito de carbono. As duas unidades de conservação públicas serão as primeiras a participarem de uma iniciativa de recuperação de vegetação nativa e gestão sustentável de florestas públicas na Amazônia.

O modelo de concessão é fruto de um acordo de cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmado no último dia 3, no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. A parceria terá US\$ 800 mil disponibilizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em recursos não reembolsáveis do Fundo Verde para o Clima (em inglês Green Climate Fund), uma iniciativa internacional de enfrentamento às mudanças climáticas.

Além das unidades federais, também serão apoiados projetos de concessão nos estados. O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, afirmou durante a cerimônia que serão investidos R\$ 30 milhões em estudos para projetos de concessão na Amazônia.

"Vamos disponibilizar para o governo e para as populações das áreas, qual o resultado dos estudos, quais são os investimentos, qual a receita, quantos empregos serão gerados e qual é a rentabilidade e a atratividade para quem vai investir", disse.

Os estudos apresentarão propostas de concessões de florestas públicas estaduais, que precisem passar pela recuperação da vegetação nativa, mas também prevejam como retomo financeiro aos investimentos propostas de manejo ambiental conforme a necessidade de cada área.

De acordo com SFB, a meta para concessões de florestas públicas federais, até 2026, é de 4 milhões de hectares, que deverão ser incluídos em projetos propostos pela iniciativa privada para recuperação e manejo florestal sustentável. De acordo com a instituição, a previsão é que essas iniciativas gerem 25 mil empregos e R\$ 60 milhões ao ano em renda nos municípios alcançados. (Agência Brasil com informações da Agência BNDES)

ABO Promover a odontologia, nacional e internacionalmente, valorizar o profissional no contexto técnico-científico e sociocultural, e contribuir com as políticas de promoção da saúde bucal da população.

Utilidade Pública - Lei Municipal Nº 495, de 22 de Julho de 1983
Fundada em 1 de Maio de 1958 - CNPJ 39.481.742/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Eleição ABO/RJ - Regional de Duque de Caxias

O Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Duque de Caxias, conforme estatuto artigo - 37 convoca todos os Associados para Assembleia Geral de Eleição da nova diretoria Triênio Junho de 2024 a Maio de 2027. Que será realizada no dia 23 de Maio de 2024, com início às 09hs, em sua sede na Avenida Presidente Vargas, 187 - Galeria A - Sala 02 - Mercado Municipal - Centro - Duque de Caxias. Os interessados em apresentar a chapa para a eleição terão até o dia 17 de Maio de 2024, junto a secretaria da associação para apresentar os nomes com respectivos cargos.

Duque de Caxias, 13 de Maio de 2024.

Julio Cesar Marcondes Azambuja - CD
Presidente em exercício.

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 2671-6611 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.jor.br | contato.capitalmercado@gmail.com
comercial.capitalmercado@gmail.com | redacao@jornalcapital.jor.br
contato@jornalcapital.jor.br | redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 26716611 - (21) 98400-0441

Associado à AdJorRJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior

Na internet:
www.jornalcapital.jor.br

Departamento Comercial: (21) 2671-6611 / 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Roberto Dalub
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores.

Barroso: inteligência artificial poderá escrever sentenças "em breve"

Presidente do Supremo ressalta que a ferramenta já é usada na Justiça

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, defendeu nesta terça-feira (14) o uso da inteligência artificial (IA) no Judiciário, afirmando que a tecnologia um dia pode escrever sentenças.

Barroso elencou como o Supremo já utiliza a IA em seu cotidiano, como no agrupamento de processos por tipo ou no enquadramento de casos em teses de repercussão geral. Em seguida, ele acrescentou os próximos passos, afirmando que o tribunal trabalha no desenvolvimento de uma ferramenta capaz de localizar precedentes e que, no futuro, acredita que sentenças podem ser escritas por computadores.

“Em breve, tenho certeza que teremos a inteligência artificial escrevendo a primeira versão de sentenças”, disse o presidente do Supremo, que na manhã desta terça-feira (14) participou do encontro do J20, que reuniu no Rio de Janeiro presidentes e representantes de supremas cortes dos países integrantes do



Rovena Rosa/Agência Brasil

G20.

Em países com grande judicialização como o Brasil, por exemplo, em que o Supremo recebe 70 mil processos, em média, por ano, a IA precisa ser adotada para acelerar o sistema de Justiça, defendeu o ministro. “Temos 85 milhões de casos no Brasil no momento, temos que ter ferramentas para acelerar as coisas”.

Para Barroso, a inteligência artificial “pode to-

mar melhor decisões em muitas matérias, porque é capaz de processar mais informações com maior velocidade”. Tal tecnologia, contudo, envolve riscos e depende da supervisão humana, acrescentou.

A IA pode, por exemplo, “reproduzir os preconceitos que existem na sociedade, porque é alimentada por seres humanos”, disse Barroso. “Existem muitos riscos e uma discussão sobre regular a IA para pro-

teger direitos fundamentais, proteger a democracia”.

O presidente do Supremo frisou que a IA ainda não consegue separar o certo do errado nem ter bom senso, e que por isso, depende da supervisão humana.

As reuniões do J20 começaram na segunda-feira (13) e se encerraram nesta terça (14). Os encontros ocorreram no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). (Agência Brasil)



Coluna
Saúde
Roberto Daiub

Como reconhecer um AVC

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma das principais causas de morte e de sequelas no mundo e no Brasil. A doença cerebrovascular atinge 16 milhões de pessoas ao redor do mundo a cada ano, com seis milhões de mortes segundo a OMS. O AVC decorre da insuficiência no fluxo sanguíneo em uma determinada área do cérebro e tem diferentes causas: tabagismo, diabetes, malformação arterial cerebral (aneurisma), hipertensão arterial, e arritmias cardíacas principalmente a fibrilação atrial.

Pode ser de dois tipos: isquêmico ou hemorrágico ou ambos em um mesmo evento, com gravidade elevada nesses casos.

Alguns dos sintomas que podem caracterizar um início de AVC: Dificuldade de fala ou raciocínio; Sensação de dormência ou formigamento em braços e pernas, principalmente em um dos lados do corpo; Alteração da visão em um dos olhos ou ambos; e Alteração do equilíbrio, coordenação ou toniteira persistente associado ou não a dor de cabeça.

Se você possui algum fator de risco para AVC procure um médico de confiança e faça exames médicos periódicos de rotina.

Cardiologista
Diretor clínico da Encor Clínica Médica e Odontológica
Médico da UNIFESO
Médico concursado da Prefeitura municipal de Duque de Caxias



(21) 2633-1723
98483-5834
clinicaencor.wordpress.com



mais artigos

Cláudio Castro destaca o reflexo do crescimento da indústria fluminense no desenvolvimento do Brasil

Declaração aconteceu durante Fórum do Lide em Nova Iorque



Divulgação/GOVBR

O crescimento de 33% da indústria fluminense em 2023 e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil foram destaques no Fórum Lide, que reuniu empresários brasileiros e americanos nesta terça-feira (14/05), em Nova Iorque. No painel “As opções no Brasil para novos investimentos internacionais”, o governador Cláudio Castro apresentou os benefícios concedidos pelo RJ para o setor. No primeiro bimestre de 2024, o número de empresas industriais interessadas em abrir ou ampliar seus negócios no Estado do Rio dobrou em relação ao mesmo período de 2023.

Houve melhoria do ambiente de negócios, com os incentivos fiscais que concedemos às indústrias com interesse em investir no estado. Apenas nos dois primeiros meses do ano, o aumento de 125% no quantitativo desses benefícios representa negócios que somam em torno de R\$ 46 milhões. E nos próximos cinco anos, a análise de incentivos pode gerar cerca de R\$ 1,7 bilhão em investimentos, que serão responsáveis pela geração de milhares de novos empregos para a população fluminense – explicou Cláudio Castro.

Durante a sua palestra, o governador lembrou ainda que o Rio de Janeiro é a 2ª maior economia do Brasil e tem o maior hub logístico da América do Sul, além de ser responsável por 20% da arrecadação federal: R\$ 460 bi por ano. O estado possui um importante parque siderúrgico e ocupa a segunda posição no ranking nacional de produção, com 24,1%, e é segundo polo automotivo do país e segundo maior mercado consumidor.

O Estado do Rio mostra cada vez mais a sua importância para a economia do país. Em 2023, por exemplo, fechamos a balança comercial fluminense com superávit de US\$ 20 bilhões. Em janeiro deste ano, o Rio de Janeiro respondeu por 16% das exportações nacionais, ocupando a segunda posição entre os estados que mais exportam. Ou seja: o nosso crescimento é fundamental e de grande interesse para o Brasil - ressaltou o governador.

Também participaram do painel os governadores Wilson Lima (Amazonas); Renato Casagrande (Espírito Santo); Mauro Mendes (Mato Grosso); Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul); Romeu Zema (Minas); Hélder Barbalho (Pará); e Ratinho Jr (Paraná).

ENGOR
CLÍNICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA

f i e

Especialidades

- CARDIOLOGIA
- Adulto e Pediátrica
- CLÍNICA MÉDICA
- ANGIOLOGIA
- Tratamento de Varizes
- ORTOPEDIA
- NUTRIÇÃO
- CIRURGIA GERAL
- VIDEOLAPAROSCÓPICA
- UROLOGIA
- NEFROLOGIA

Exames Complementares

- Eletrocardiograma Digital
- Check Up
- Risco Cirúrgico
- Mapa 24h
- Holter 24h
- Atestado p/ Atividades Físicas

EXAMES MÉDICOS

EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia

- Clínica Geral
- Ortodontia
- Endodontia
- Periodontia
- Odontopediatria
- Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
- Prevenção
- Implantes
- Carga imediata
- Enxertos ósseos
- Próteses convencionais
- Tratamento p/ Hipertenso
- Tratamento p/ Diabético
- Tratamento c/ monitoramento

Estética

- Harmonização Facial
- Botox e Preenchimento
- Bichectomia

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6

Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116

Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

Consultas com preços acessíveis.
Aceitamos todos os cartões.

Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834

Marque sua consulta pelo Whatsapp

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie

comercial@jornalcapital.jor.br

comercial.capitalmercado@gmail.com

21 2671-6611

21 9840-00441

Artigo

Viva os vermelhinhos tarifa zero na cidade de Maricá

A cidade de Maricá, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, é conhecida por ser pioneira na implantação do sistema de ônibus com tarifa zero. Há dez anos, os moradores do município têm acesso gratuito ao transporte público, sem a necessidade de pagamento de passagens.

Essa iniciativa tem sido um verdadeiro sucesso em Maricá, pois proporcionou uma série de benefícios para a população local. Com o transporte público gratuito, os moradores conseguiram economizar dinheiro, visto que não precisam mais gastar com passagens de ônibus. Além disso, o sistema de transporte tornou-se mais acessível e eficiente, facilitando a locomoção dos cidadãos pela cidade.

Dentre vários aspectos positivos da implantação do ônibus com tarifa zero em Maricá temos a redução do tráfego de veículos particulares, contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes e para a melhoria da qualidade do ar na cidade. Além disso, a medida também tem impactos positivos na mobilidade urbana, uma vez que estimula o uso do transporte coletivo, reduzindo os congestionamentos e proporcionando uma circulação mais fluida de pessoas e veículos. Um outro aspecto importante, está relacionado ao aumento da arrecadação tributária na cidade, devido a facilidade do deslocamento da população, aquecendo a economia.

Diante do sucesso do sistema de ônibus com tarifa zero em Maricá, outros municípios têm se interessado em adotar essa experiência em suas próprias cidades. A proposta de transporte público gratuito é vista como uma alternativa viável para melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades.

No entanto, a implementação do ônibus com



tarifa zero em outros municípios não é uma tarefa simples e requer planejamento e investimento por parte das autoridades locais. É necessário avaliar a viabilidade econômica do projeto, considerando os custos envolvidos na operação do transporte público e a capacidade financeira do município para sustentar a gratuidade do serviço.

Além disso, é fundamental pensar em estratégias para garantir a qualidade e a eficiência do sistema de transporte, de modo a atender às demandas da população e promover a integração entre os diferentes modais de deslocamento. É preciso também promover a conscientização dos cidadãos sobre a importância do uso do transporte coletivo e incentivar a mudança de hábitos em relação à mobilidade urbana.

Em suma, a experiência bem sucedida do ônibus com tarifa zero em Maricá demonstra que é possível implementar políticas de transporte público mais acessíveis e sustentáveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. A adoção desse modelo em outros municípios pode ser uma alternativa eficaz para enfrentar os desafios da mobilidade urbana e promover um desenvolvimento mais justo e inclusivo para toda a população.

Carlos Senna
Assessor especial da Presidência
da Finep e ex-presidente do ICTIM



Sancionada a lei que autoriza contratação temporária de professores

Em regime de urgência, 4,7 mil profissionais serão contratados para o segundo semestre

O governador Cláudio Castro sancionou a lei que regula a contratação de pessoal para o exercício do magistério, ensino técnico e demais funções de apoio à educação. A medida foi publicada no Diário Oficial, na quarta-feira (08/05). O reforço imediato de 4.700 professores, em regime de urgência, começará no segundo semestre.

- Reforçamos, mais uma vez, o nosso compromisso de valorizar os profissionais da pasta e atender as demandas dos estudantes. Continuamos certos da força transformadora da educação no futuro dos nossos jovens. É fundamental que nossos alunos tenham a educação como o pilar de suas vidas - disse o governador Cláudio Castro.

Segundo a publicação, as contratações, que não poderão ultrapassar 30% do total de docentes efetivos no órgão, vão suprir demandas como licenças médicas e afastamento por estudo. Em regime especial, a contratação tem prazo determinado de dois anos, podendo ser renovado uma vez.

- As contratações não substituem os concursos e visam suprir as ne-



cessidades temporárias. Seguimos no nosso propósito de oferecer um ensino de qualidade aos alunos da nossa rede e, também, as melhores condições de trabalho aos nossos professores - destacou a secretária de Estado de Educação, Roberta Barreto.

As contratações previstas nesta lei serão feitas mediante contrato administrativo de prestação de serviços com tempo determinado. Os professores contratados deverão atuar nas escolas da rede estadual, em dife-

rentes modalidades do ensino básico, incluindo as que atendem aos estudantes indígenas e, ainda, as dos sistemas prisional e socioeducativo. Com a iniciativa, a rede estadual de ensino irá superar o número de 2 mil vagas abertas em 2023.

- Sou professora e sei a importância de termos esses profissionais nas escolas. O trabalho não para por aqui. A gente sabe que será uma longa jornada, mas esse é o legado que queremos deixar - concluiu a secretária.

Dengue: quase todos os estados brasileiros têm tendência de queda

Boletim divulgado nesta terça-feira (14) pelo Ministério da Saúde aponta que não há mais nenhum estado brasileiro com tendência de aumento de casos de dengue. Enquanto Maranhão e Mato Grosso registram tendência de estabilidade de casos da doença, todas as demais unidades da Federação apresentam tendência de queda.

“Nós já vimos que a ordem natural ou o padrão é que, na próxima semana, esses dois estados já entrem em tendência de queda. Entre uma e duas semanas, esse tem sido o padrão dessa epidemia de 2024 no Brasil”, avaliou a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel.

Os números mostram que, atualmente, o país segue com 10 decretos de emergência por dengue nos seguintes estados: Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. “A tendência é que esses estados revoguem os decretos a partir do momento em que

atingirem menos de 300 casos por 100 mil habitantes”.

Há ainda, segundo o boletim, 632 decretos municipais de emergência por dengue em vigência, sendo que a pasta revisa, neste momento, mais de 500 deles.

“Nossa estimativa é que, a partir do momento em que decretam emergência, eles devem ficar de três a quatro meses com esses decretos [em vigência]”, explicou. “Mesmo com essa tendência de queda da maioria dos estados, continuaremos a repassar [recursos] porque a tendência é que a epidemia, em cada um desses locais, dure de três a quatro meses”.

NÚMEROS

Os dados mostram que o país contabiliza, em 2024, um total de 4.797.362 casos prováveis de dengue – uma média de 2.362,5 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, incluindo 53.660 casos de dengue grave ou dengue com sinal de alarme. Há ainda 2.576 óbitos pela doença confirmados e 2.628 em investigação. (Agência Brasil)

Um novo conceito em Clínica Médica

Cuidando da Saúde de sua família

ESPECIALIDADES:

Clínica Médica
Cardiologia
Nutrição

EXAMES:

Eletrocardiograma
Ecocardiograma com Color Doppler
Holter 24h
M.A.P.A 24h
Teste ergométrico
Doppler colorido
(membros superiores e inferiores)
Doppler colorido
de Aorta e seus Ramos
Doppler Colorido
de Carótidas e vertebrais



Agende sua Consulta

(21) 2653-1640

(21) 98445-1640

Rua Correia Meyer, Nº400
25 de Agosto - Duque de Caxias/RJ

Marcelo Dino denuncia que vem sofrendo ameaças de morte

Parlamentar solicitou reforços na segurança e disse que não irá recuar



O deputado estadual Marcelo Dino (União), que tem como principal bandeira a Segurança Pública, vem, em conjunto com o poder público, trabalhando para evitar o crescimento do tráfico nos bairros de Duque de Caxias, seu reduto eleitoral.

Marcelo, que é policial militar, passou a ser conhecido por sua atuação firme ao se deparar com as barricadas e por buscar junto ao Estado ações para reprimir a expansão do tráfico e, como represália, começou a receber ameaças.

Na rede social X, antigo twitter, Marcelo recebeu a seguinte ameaça: “Manda o Marcelo Dino ir lá tapar o buraco [que] vai entrar na bala, pode ficar sabendo que isso é certo que ele vai arrumar”. Segundo as investigações da Polícia Civil, existem fortes suspeitas de que a facção criminosa responsável pela ameaça atua nos bairros do Pilar e Pantanal. Em ligação telefônica anônima, Dino foi ameaçado por um homem que disse: “Vou entupir sua cara de bala”.

Desde o início dessa onda de violência praticada por bandidos que desejam se instalar e ampliar facções criminosas nos bairros próximos ao Pilar, os moradores têm contado com o deputado Marcelo Dino. Na busca de mais segurança, o deputado já se reuniu com o comandante do 15º BPM, com o Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais-BOPE, o Coronel e com o Secretário Geral da Polícia Militar.

No último dia 08, o parlamentar solicitou e acompanhou pessoalmente uma operação para retirada de barricadas no bairro Pantanal, em Duque de Caxias, onde o 15º Batalhão removeu obstáculos das vias públicas e apreendeu dois tonéis de entorpecentes, além de um fuzil e duas granadas.

Marcelo Dino foi convidado pelo presidente da ALERJ, Rodrigo Baccellari (União) e pelo presidente do Partido União Brasil, Márcio Canela, para se lançar ao cargo de vice-prefeito em Duque de Caxias, compondo chapa como o presidente da Câmara de Vereadores daquela cidade,

vereador Celso do Alba.

Perguntado sobre a pré-candidatura a vice-prefeito, Marcelo se mostrou satisfeito com a indicação e garantiu que a segurança pública será de sua responsabilidade.



O parlamentar acompanhou pessoalmente no bairro Pantanal, em Duque de Caxias, onde o 15º Batalhão removeu barricadas das vias públicas e apreendeu dois tonéis de entorpecentes, além de um fuzil e duas granadas.

Polícia investiga grupo que vendia peças adulteradas para a Petrobras

Empresários envolvidos receberam R\$ 26 milhões em pagamentos

Policiais civis do Rio de Janeiro investigam empresários suspeitos de vender equipamentos velhos e adulterados para a Petrobras. Os alvos da operação Prometheus, desencadeada nesta terça-feira (7), são todos de uma mesma família.

Segundo a Polícia Civil, as peças fornecidas pelos investigados não apresentavam as características exigidas em contrato, além de serem produtos usados, com marcas de desgaste e oxidação.



milhões em pagamentos.

Entre 2019 e 2022, os empresários investigados firmaram cerca de três mil contratos com a estatal petrolífera e receberam R\$ 26

As investigações foram realizadas em parceria com a Petrobras. Segundo a Polícia Civil, caso os equipamentos adulterados

tivessem sido utilizados, gerariam risco para a vida dos profissionais e para a segurança das instalações.

Na ação de hoje, os agentes cumpriram dez

mandados de busca e apreensão em Cabo Frio, na Região dos Lagos. Pelo menos uma lancha e cinco veículos foram apreendidos. (Agência Brasil)

Justiça suspende vaquejadas em Duque de Caxias

TRF2 manteve parte de decisão na qual o MPF considera que vaquejada fere a dignidade dos animais ao submetê-los a maus-tratos e crueldade; Evento aconteceria em parque na Reserva Biológica do Tinguá.

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) manteve a parte da decisão da Justiça Federal no RJ que suspendeu a realização de vaquejadas, rodeios e atividades similares em parque no entorno da Reserva Biológica de Tinguá, região metropolitana do Rio de Janeiro. O entendimento é de que a atividade fere a dignidade dos animais, assegurada pela Constituição Federal. O juízo da primeira instância também havia condenado os organizadores de evento, realizado em 2008, ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 1 milhão, mas o Tribunal acatou o recurso dos apelantes e excluiu essa obrigação.

Na parte da decisão de primeiro grau que foi mantida, o juízo destacou que “derrubar um bovino pelo rabo consiste em tratamento cruel, e impõe sofrimento e privação do bem-estar do animal, submetendo-o a tratamento degradante”. Além dos bovinos, os eventos utilizam ainda equinos. Os riscos de lesões e fraturas, apresentados em relatórios assinados por veterinários, podem ocorrer em diversos órgãos, ossos e musculaturas, no momento em que o passador apreende a cauda do boi ou quando ele é puxado pelo derrubador e cai em velocidade.

O evento de vaquejada consiste em uma disputa entre várias duplas que, montadas em seus cavalos, tentam derrubar o bovino na faixa apropriada para a queda – com dez metros de largura, desenhada na areia. Para tanto, um vaqueiro o aproxima do outro, pega no rabo do boi; passa para o outro vaqueiro, que puxa o rabo e provoca a queda do bovino, a fim de que ele caia com as quatro patas para cima.

“Este objetivo de derrubar o bovino, que deve cair com as quatro patas para o alto, fora do chão, puxados pelo rabo, é de fato degradante para o animal. Não se pode considerar como não sendo cruel um evento cujo objetivo é derrubar um animal, fazer com que ele caia mostrando as quatro patas para o alto, fora do chão. Além disso, é puxando o seu rabo que isso deve acontecer. Puxar o rabo do animal é submetê-lo a tratamento degradante, cruel, violando o seu bem-estar”, entendeu o juízo.

O TRF2 manteve a determinação para que a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não autorizem a realização de qualquer atividade no local que submeta animais à crueldade. Além disso, os órgãos devem realizar a fiscalização das atividades potencialmente degradadoras ao meio ambiente e tomar todas as medidas necessárias para garantir a proteção da Reserva Biológica do Tinguá e entorno.

A ação civil pública foi apresentada pelo MPF após a realização de vaquejada, em março de 2008, em parque no bairro de Xerém, em Duque de Caxias (RJ). Em três dias de evento, foram utilizados 350 bovinos e 280 equinos. A grande estrutura reiteradamente causa danos ambientais na área. Por isso, os proprietários respondem à ação penal por crime contra o meio ambiente. Também há procedimentos administrativos no MPF e no MP do Rio de Janeiro para apuração de responsabilidade civil ambiental.

Evento desportivo – Ao contrapor alegação dos organizadores do evento, a Justiça Federal na primeira instância decidiu que a vaquejada não pode ser considerada tradição popular do parque. “Não pode ser entendida como um evento que deita suas raízes na cultura local. Ainda que se considere como evento meramente desportivo, sua finalidade é lucrativa. Funciona com atividade econômica”, entendeu o juízo.

Nesse sentido, a Justiça Federal ressalta que a atividade viola o princípio na ética no tratamento com o animal. “O uso econômico do animal e a chamada finalidade recreativa da fauna, tem por limitação o princípio geral da atividade econômica, previsto na Constituição Federal, que prega a observância da ética em toda atividade que envolva a exploração da natureza e dos animais”, concluiu.

RISCO

Entre 2019 e 2022, os empresários investigados firmaram cerca de três mil contratos com a estatal petrolífera e receberam R\$ 26

As investigações foram realizadas em parceria com a Petrobras. Segundo a Polícia Civil, caso os equipamentos adulterados

tivessem sido utilizados, gerariam risco para a vida dos profissionais e para a segurança das instalações.

Na ação de hoje, os agentes cumpriram dez

mandados de busca e apreensão em Cabo Frio, na Região dos Lagos. Pelo menos uma lancha e cinco veículos foram apreendidos. (Agência Brasil)

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie
impresso e digital

21 26716611
21 984000441

comercial@jornalcapital.jor.br
comercial.capitalmercado@gmail.com

Moraes manda soltar coronel da PMDF acusado de omissão no 8 de janeiro

Para ministro, ele não representa risco pois já passou à reserva

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu, em decisão assinada nesta segunda-feira (13), liberdade provisória ao coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, que era comandante do Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) em 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas por apoiadores do ex-presidente.

Naime estava preso desde 7 de fevereiro do ano passado, sob suspeita de não ter cumprido seus deveres funcionais durante os atos de oito de janeiro. Em fevereiro deste ano, ele se tornou réu no caso, junto com outros seis integrantes da antiga cúpula da PMDF.

Para Moraes, o coronel Naime não representa mais risco à apuração do caso, uma vez que passou recentemente para a reserva da PMDF, não tendo mais ingerência em assuntos da corporação. É o mesmo entendimento que levou à soltura de outros quatro coronéis.



Joedson Alves/Agência Brasil

AUDIÊNCIA

Mesmo solto, Naime não poderá comparecer a uma cerimônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em que seu filho receberá a carteira de advogado, porque o evento coincide com uma audiência de instrução já marcada, decidiu Moraes.

O coronel deverá, ainda, usar tornozeleira eletrônica e está proibido de sair do Distrito Federal. Outras medidas cautelares são o comparecimento semanal de juízo, o recolhimento domiciliar noturno e aos fins de semana, a proibição de usar

redes sociais e a suspensão de eventuais autorizações para o porte de armas.

ACUSAÇÃO

Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), Naime cometeu os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e violação dos deveres funcionais, todos pela via da omissão.

Pela peça de acusação, ele teria conspirado desde o ano anterior, junto com

os demais denunciados, em favor de um levante popular pró-Bolsonaro e, no 8 de janeiro de 2023, deixou deliberadamente que os crimes fossem cometidos pelos vândalos.

A PGR disse haver "uma profunda contaminação ideológica de parte dos oficiais da PMDF denunciados, que se mostraram adeptos de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais e de teorias golpistas".

A defesa de Naime nega as acusações e alega que a PGR não conseguiu delinear as condutas supostamente criminosas do coronel. (Agência Brasil)

Comissão de Segurança da Alerj debate situação de PMs preteridos em concursos internos

Agentes afirmam não terem obtido promoção para as funções de sargento e de cabo

A Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), debateu em audiência pública realizada no último dia 08, a situação de 3,5 mil policiais militares preteridos nos concursos públicos internos referentes aos Cursos de Formação de Sargentos (CFSS), de 1992 e 1998, e ao Curso de Formação de Cabos (CFC), de 2006. Os agentes reivindicam a promoção para as respectivas funções.

Durante a reunião, os policiais afirmaram que não obtiveram a promoção devido a problemas administrativos nos certames. Além disso, agentes com menos tempo de corporação foram promovidos, através do tempo de serviço prestado, antes daqueles que prestaram os concursos. Desse modo, os militares preteridos reivindicam o ressarcimento por preterição e o cumprimento da Lei 9482/2021, que autoriza o Poder Executivo a normalizar suas situações funcionais.

O deputado Marcelo Dino (União), que presidiu a sessão, explicou que levará as demandas apresentadas na audiência ao Governo do Estado em reunião entre a comissão da Alerj e



Thiago Lontra/Alerj

a Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC). O parlamentar também afirmou que o colegiado encaminhará, ao Poder Executivo, requerimentos solicitando informações detalhadas sobre a situação desses policiais.

"O intuito é reparar injustiças. São policiais que estudaram, abdicaram de estar com suas famílias e depois, por erros administrativos, acabaram preteridos. Nesta quinta-feira, teremos uma reunião com a Casa Civil e esta é uma pauta que iremos levantar, juntamente com a dos agentes excluídos de forma arbitrária. Haverá um impacto orçamentário, mas justiça é justiça. Todos os requerimentos de informação serão encaminhados através da Comissão de Se-

gurança", disse Dino.

Já o deputado Carlinhos BNH (PP) sublinhou que muitos desses agentes já passaram para a reserva. Portanto, é preciso que haja celeridade para que lhes seja oferecida uma remuneração justa. "Nós levaremos ao Poder Executivo tudo aquilo que os policiais reivindicaram durante a audiência. É um direito deles. Muitos da turma de 1992 sequer estão mais vivos e não conseguiram o benefício. Mesmo aqueles reformados, precisam ter o direito garantido. Além do dinheiro, isso também envolve reconhecimento e respeito a esses servidores", acrescentou.

Representando o secretário de estado e comandante geral da Polícia

Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), coronel Marcelo de Menezes Nogueira, o diretor-geral de Pessoal da corporação, coronel Paulo Roberto das Neves Júnior, frisou que a pasta estudará cada caso a fim de chegar a uma solução. "A gente ouviu todos os pleitos. O que nos cabe é estudar tudo que aconteceu desde o início até os dias de hoje. Quais prejuízos esses agentes tiveram. Apenas pelo fato de um policial mais moderno ser promovido primeiro que um mais antigo, entendemos que alguma coisa pode ter acontecido", afirmou.

Também estiveram presentes na audiência o vice-presidente da comissão, deputado Filipe Soares (União); e a deputada Índia Armelau (PL).

Vítimas da tragédia em Brumadinho autorizam repasse de R\$ 2,2 mi ao RS

Recursos são de fundo criado para indenizar famílias afetadas

Parte dos recursos pagos pela mineradora Vale a título de indenização pelo dano moral coletivo gerado na tragédia em Brumadinho será destinado ao Rio Grande do Sul. As vítimas do rompimento da barragem, ocorrido em janeiro de 2019, aprovaram a ajuda ao estado, que lida com inundações recorrentes decorrentes de um grande volume de chuvas. Já foram confirmadas 147 mortes nas cidades gaúchas.

Ao todo, serão destinados R\$ 2,2 milhões. A decisão foi anunciada nessa segunda-feira (13) nas redes sociais da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão (Avabrum).

Do total, R\$ 2 milhões serão repartidos entre o governo gaúcho e o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sob gestão do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Os R\$ 200 mil restantes serão doados para a Associação dos Familiares e Sobreviventes da Boate Kiss em Santa Maria (AVSTM), entidade que também está arrecadando fundos para ajudar as vítimas do desastre climático.



Fotos Públicas

Os recursos são provenientes de fundo criado a partir de um acordo para indenizar parentes dos trabalhadores mortos na tragédia em Brumadinho. Foram perdidas 272 vidas, incluindo os bebês de duas mulheres que estavam grávidas. A maioria das vítimas era de empregados da Vale ou de empresas que prestavam serviço à mineradora.

O acordo que incluiu a criação do fundo também definiu os valores para as indenizações individuais aos pais, cônjuges ou companheiros e filhos dos mortos. Com isso, foi encerrada uma ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) logo após a tragédia.

Para o fundo, a Vale precisou destinar R\$ 400 milhões. A movimentação do dinheiro depende de aval de um conselho gestor, composto por representantes da Avabrum, do MPT, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) e da Defensoria Pública da União.

Boa parte do valor teve destinação para projetos de preservação da vida, nas áreas de saúde e de segurança alimentar. Os recursos já beneficiaram, por exemplo, hospitais, casas de saúde e instituições de pesquisa com a realização de reformas, financiamento de estudos, ampliação de leitos e aquisição de equipamentos. Também já foram liberados montantes para ações de qualificação de trabalhadores e geração de emprego e renda; proteção de indígenas, idosos e crianças; educação e preservação da memória. (Agência Brasil)

Os nossos jornais chegam aos mais diferentes públicos e diversas localidades



Anunciar em jornal é um excelente investimento!



CCJ do Senado aprova novo seguro obrigatório para veículos

Custo deve girar em torno de R\$ 50 a R\$ 60 por ano

Lula Marques/Agência Brasil



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na terça-feira (7/5), por 15 votos favoráveis contra 11, o projeto de lei complementar que recria o seguro obrigatório para donos de veículos, o antigo Dpvt (Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres). A previsão é que o texto seja votado no plenário do Senado ainda nesta terça-feira. Se aprovado, segue para sanção presidencial.

De acordo com o relator da matéria, senador Jacques Wagner (PT-BA), o valor do novo seguro gira em torno de R\$ 50 e R\$ 60 por ano, sem diferença entre motos e veículos, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

“Repare que quando estava na holding de seguradoras, bancada pelas quatro grandes seguradoras que tomavam conta do Dpvt até declinarem, o valor era superior a R\$ 100 [para carro] e superior a R\$ 200 para a moto. Portanto, havia uma gordura absurda”, argumentou Jacques Wagner, acrescentando que como a gestão do seguro ficará com a Caixa Econômica Federal, o valor será reduzido.

O seguro é usado para indenizar vítimas de acidentes de trânsito, além de financiar o Sistema Único de Saúde (SUS) e ações de educação e prevenção de acidentes por meio da Secretaria Nacional de Trânsito. O novo seguro agora deve se chamar Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Spvat).

Parte da oposição criticou a proposta, alegando que se trata de mais uma despesa a ser paga pelos donos de veículos. O senador Carlos Viana (Podemos-MG) propôs que apenas seja obrigado a pagar o seguro obrigatório quem não tem seguro privado.

“Eu, por exemplo, tenho um carro na família, minha filha dirige. [O veículo] Tem um seguro pra isso já, eu já pago esse seguro. Por que você é obrigado a pagar o Dpvt? Por que nós temos que impor isso a toda a sociedade brasileira? Vamos criar o seguro só pra quem não tem”, criti-

cou o senador.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES), por sua vez, argumentou que o seguro é de caráter solidário, para que todos os donos de veículos ajudem a pagar os custos dos acidentes de trânsito.

“É pago apenas por quem é proprietário de veículo automotor, enquanto qualquer pessoa pode ser seu beneficiário. Daí a função de proteção social. Se você atropela uma pessoa e você não sabe nem quem é o motorista, impõe-se o recebimento do seguro”, explicou Contarato, acrescentando que “são essas pessoas que não têm dinheiro para pagar absolutamente nada e que precisam desse seguro”.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) criticou o retorno do seguro, justificando que seria um imposto novo para aumentar a arrecadação federal. “Essa será a quarta, pelo menos que eu me lembre, votação em que nós estamos dando ao governo a possibilidade de arrecadar mais, aumentando a carga tributária”, destacou.

O senador Jaques Wagner negou que a intenção do projeto seja fazer caixa para o governo, mas atender a população afetada por acidentes de automóveis, que ainda procura pelo serviço. “Mesmo depois de [o seguro ter] terminado em 2021, até 2023 780 mil pessoas procuraram [o Dpvt]”, justificou.

ACORDO

O projeto em votação, além de criar o seguro obrigatório, tem sido usado como moeda de negociação entre o Executivo e o Legislativo para compensar o veto presidencial que retirou R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares do orçamento deste ano, uma vez que a negociação para aprovação do projeto prevê que R\$ 3,6 bilhões da arrecadação do seguro obrigatório sejam usados para o pagamento R\$ 2,4 bilhões em emendas de deputados e R\$ 1,2 bilhão, de senadores. O projeto recebeu uma

emenda na Câmara que permite aumentar as despesas da União em R\$ 15,7 bilhões neste ano.

VETO

O relator Jacques Wagner negou destaques da oposição à matéria, garantindo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a vetar o artigo que cria uma multa por atraso no pagamento do novo seguro, conforme pedidos dos senadores Alan Rick (União-AC) e Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

“Estou me comprometendo aqui perante os senadores e perante à comissão de que esse item, que é uma penalização excessiva, que veio da Câmara, ele será vetado pelo presidente da República”, afirmou.

O SEGURO

Criado em 1974, o Dpvt era um seguro obrigatório destinado a indenizar vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional. A indenização era paga em casos de morte, invalidez permanente total ou parcial e para o reembolso de despesas médicas e hospitalares da rede privada por danos físicos causados por acidentes com veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas.

A cobrança foi extinta em 2021, quando a Caixa Econômica Federal assumiu a gestão dos recursos e pagamentos do Dpvt no lugar da Seguradora Líder, que era um consórcio de empresas privadas. Na ocasião, havia um excedente em torno de R\$ 4,3 bilhões, que permitiu a manutenção dos pagamentos do seguro às vítimas de acidentes de trânsito.

Entretanto, o pagamento das indenizações foi suspenso em novembro do ano passado, por falta de saldo no fundo do Dpvt. Agora, com a aprovação do projeto, o seguro anual obrigatório voltará a ser cobrado de proprietários de veículos e continuará a ser operado pela Caixa Econômica Federal. (Agência Brasil)

CPI da transparência é instalada na Alerj

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instalou, em reunião realizada nesta terça-feira (14/05), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar irregularidades no cumprimento da Lei Fe-

deral 12.527/2021 (Lei de Acesso à Informação) pelo Estado do Rio. De acordo com o presidente do colegiado, deputado Alan Lopes (PL), o objetivo é examinar falhas na disponibilização de informações governamentais e propor soluções

a fim de garantir a transparência dos gastos públicos.

O colegiado elegeu, por unanimidade, o deputado Filipe Poubel (PL) como vice-presidente e o deputado Rodrigo Amorim (União) será o relator. Também integram a comi-

são, como membros efetivos, os deputados Marcelo Dino (União), Márcio Cannella (União), Thiago Rangel (PMB) e Yuri (PSOL), além dos deputados Giovanni Ratinho (SDD) e Val Ceasa (Patri), que são membros suplentes.



Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

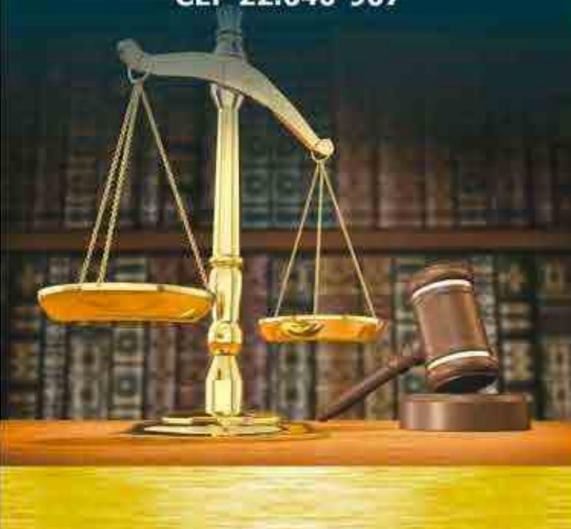
CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br
contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

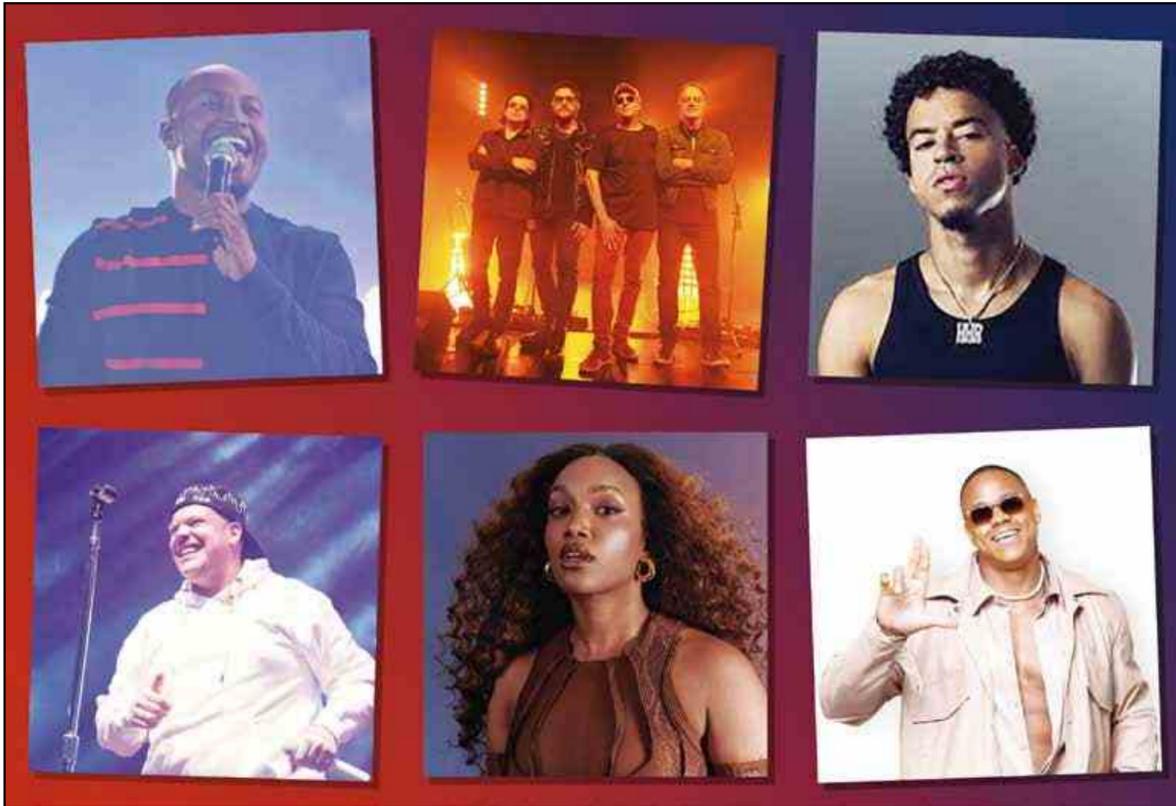
(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907



Maricá comemora 210 anos com grandes atrações em Itaipuaçu e na Barra

Aniversário da cidade terá shows de Thiaguinho, Iza, Ferrugem, Léo Santana, além de diversos artistas locais



A Prefeitura de Maricá vai celebrar o aniversário de 210 anos de fundação da cidade (26 de maio) em Itaipuaçu e na Barra, com uma grande festa e shows de artistas de projeção nacional, entre eles Thiaguinho, Iza, Ferrugem, Barão Vermelho e Léo Santana.

Na semana seguinte, as apresentações serão no já tradicional espaço de eventos da Avenida João Saldanha, na Barra de Maricá, entre os dias 23 e 26 de maio. O baiano Léo Santana inicia a série na quinta-feira (23), seguido da cantora IZA na sexta-feira (24). No domingo (26/05), dia do aniversário da cidade, o show será com o sambista Thiaguinho, que já havia se apresentado na cidade durante a Festa da Padroeira de Maricá, em 2022. O evento começa sempre a partir das 18h com DJs, seguido de shows de artistas locais às 20h.

A programação organizada pela Secretaria de Turismo começa na próxima sexta-feira (17/05) no palco montado na orla de Itaipuaçu (Avenida Benvindo Taques Horta, esquina com a Rua Projetada, 77, Recanto). Quem abre os trabalhos é o pagodeiro Ferrugem. No sábado (18) será a vez do rock com o Barão Vermelho. A da programação do primeiro final de semana segue até o domingo (19), com o show do cantor L7nnon.

Na semana seguinte, as apresentações serão no já tradicional espa-

ço de eventos da Avenida João Saldanha, na Barra de Maricá, entre os dias 23 e 26 de maio. O baiano Léo Santana inicia a série na quinta-feira (23), seguido da cantora IZA na sexta-feira (24). No domingo (26/05), dia do aniversário da cidade, o show será com o sambista Thiaguinho, que já havia se apresentado na cidade durante a Festa da Padroeira de Maricá, em 2022.

IMPACTO ECONÔMICO

O aniversário da cidade está entre os mais importantes eventos no calendário turístico, impulsionando significativamente a economia local, especialmente nos setores gastronômico e hoteleiro. A diversidade de artistas selecionados também contribui para atrair um público variado,

além de atrair novos turistas e visitantes para a cidade. Estamos comprometidos em promover e divulgar nossos atrativos turísticos durante o evento, com o objetivo de garantir o retorno desses turistas e visitantes à cidade”, disse o secretário de Turismo de Maricá, Thiago Medina.

Um estudo feito pela Prefeitura, por meio do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) e em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, avaliou o impacto econômico dos diferentes eventos realizados na cidade nos últimos dez anos. No caso do aniversário da cidade, a pesquisa apontou que foram injetados R\$ 42,2 milhões na economia do município, com arrecadação de R\$ 5,8 milhões em tributos e gerando ainda um total de 599 postos de trabalho de forma direta e indireta.

PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 210 ANOS DE MARICÁ

Palco Itaipuaçu - dias 17, 18 e 19

Avenida Benvindo Taques Horta
Sexta-feira (17/05), 22h30, Ferrugem;
Sábado (18/05), 22h30, Barão Vermelho; e
Domingo (19/05), 22h30, L7nnon.

Palco Barra de Maricá - entre os dias 23 e 26

Avenida João Saldanha
Quinta-feira (23/05), 23h, Léo Santana;
Sexta-feira (24/05), 22h30, Iza; e
Domingo (26/05), Aniversário de Maricá, 22h30, Thiaguinho

Palácio Tiradentes celebra 98 anos com espetáculo gratuito

Apresentação, realizada no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, promoveu o elo entre música e história

Para comemorar os 98 anos do Palácio Tiradentes, sede histórica da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a Casa ofereceu à população uma emocionante apresentação gratuita do Coral Madrigal Cruz Lopes na noite da segunda-feira (06/05). O espetáculo, realizado no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, integrou o projeto Música no Museu, a maior série de composições clássicas do Brasil.

O repertório diversificado encantou o público presente, abrangendo música sacra, sucessos internacionais, nacionais e trilhas sonoras de filmes. Com 22 anos de história, o Madrigal Cruz Lopes reúne diversos estilos musicais, desde o clássico até a música popular contemporânea.

O maestro José Machado Neto expressou seu privilégio em participar do evento no Palácio, destacando a importância do prédio histórico para a democracia brasileira. "Esta é a nossa primeira apresentação neste lugar tão prestigiado, e estamos felizes e empolgados por participar desta celebração", comentou.

O Palácio teve suas portas reabertas há cerca de um ano com atividades legislativas, eventos culturais e sua visita guiada, que já recebeu mais de 13 mil pessoas desde a reabertura.

Fernanda Figueiredo, diretora de Cultura da Alerj, ressaltou o compromisso do departamento em manter a instituição próxima à população, tornando-a acessível e relevante para todos.

"Receber o projeto Música no Museu neste dia tão simbólico não só enriquece nossa celebração, mas também reforça o papel do Palácio como um espaço de cultura e encontro. Em apenas um ano, desde a reabertura da visita guiada, já recebemos mais de 13 mil visitantes, mostrando que estamos mais próximos do que nunca da população", comentou.

Idealizador e diretor do projeto, Sérgio da Costa e Silva afirmou que a presença do Música no Museu nos 98 anos do Palácio Tiradentes é uma festa dupla: "É um elo entre a música e a história, entre a celebração e a representatividade. É uma honra para nós estar aqui, somando nossa melodia à essa festa democrática e cheia de significado", comentou.

O Diretor Geral da Alerj, Marcos Britto, anunciou já estar pensando nos preparativos para os 100 anos do Palácio, e recordou o desejo de revitalização do prédio histórico compartilhado com o presidente da Casa Rodrigo Bacellar (União). "Lembro-me das primeiras reuniões com o presidente Bacellar, onde a visão de restaurar a vitalidade e a relevância social do Palácio era o ponto central das nossas discussões. Essa celebração é a prova da transformação do Palácio Tiradentes em um espaço vibrante e inclusivo", observou.



Octacilio Barbosa/Alerj

Segunda edição do Moto Rock em Belford Roxo arrecada doações para o Rio Grande do Sul

A Prefeitura de Belford Roxo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o motoclub Irmandade de Punho, realizou a 2ª edição do Moto Rock, na praça de Areia Branca. O encontro promoveu grande arrecadação de contribuições para ajudar as vítimas dos temporais ocorridos no Rio Grande do Sul. O público doou diversos itens, como: alimentos, ração para animais, vestuário, cobertores, produtos de higiene pessoal, roupas de cama e materiais de limpeza.

O evento contou com apresen-



Rafael Barreto/PMBR

tações ao vivo de seis bandas de rock ao longo de 12 horas de duração. São elas: Amplica, Tempo Raro, Moto Bones, Tia Dolores, Balísticas e Hell Visions. Além de boa música e de muitas mo-

tos, o público também encontrou barracas espalhadas pela praça com diversos tipos de produtos como comidas e bebidas e também roupas e acessórios.

O secretário de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Matheus Carneiro, marcou presença no evento. "É gratificante ver esse grande número de pessoas vindo aqui para prestigiar o evento. Melhor ainda é saber que vamos aproveitar a presença desse público apaixonado para fazer o bem ajudando àqueles que mais necessitam no Rio Grande do Sul", afirmou Matheus.